

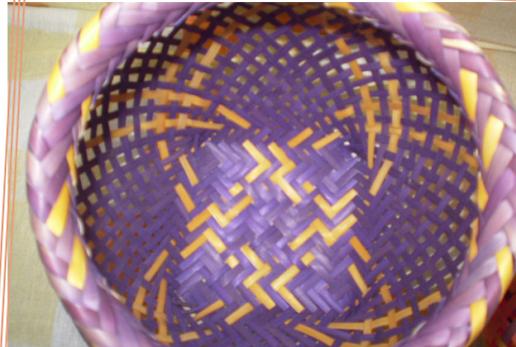
# EQUIPE

## MULTIDISCIPLINAR

### 2015



Arquivo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura/PR.  
Comunidade Remanescente Quilombola Córrego  
das Moças.



Cestaria Guarani



Cestaria Kaingang



Arquivo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura/PR.  
Comunidade Remanescente Quilombola  
Rio do Meio.

**DIÁLOGOS E REFLEXÕES PARA PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS EFETIVAS NA EDUCAÇÃO  
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**



**SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

ANA SERES TRENTO COMIN

**DIRETOR-GERAL**

EDMUNDO RODRIGUES DA VEIGA NETO

**SUPERINTENDENTE DA EDUCAÇÃO**

FABIANA CRISTINA CAMPOS

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE**

MARISE RITZMANN LOURES

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Departamento de Educação e Diversidade

Avenida Água Verde, 2140

[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)

80240-900 CURITIBA – PARANÁ.



## EQUIPE DE TRABALHO

**Departamento da Diversidade**  
Marise Ritzmann Loures

**Coordenação da Educação das  
Relações da Diversidade  
Étnico-Racial**  
Edna Aparecida Coqueiro

### Equipe

Clemilda Santiago Neto  
Edimara Gonçalves Soares  
Jurandir de Souza  
Soraia de Fátima Henriques Saleh

**Coordenação da Educação Escolar  
Indígena e Cigana**  
Denize T. Carvalho

### Equipe

Gisele Brunetti da Silva  
Kenneth Dias dos Santos  
Maria Daise Taschetto Rech

**Assessoria Administrativa**  
Roseli Cristina de Miranda  
Tarcisio Moura Da Silva

**Assessoria Pedagógica**  
Josemary Moreno Delgado Rech

**Revisão**  
Michelle Renata Borsato

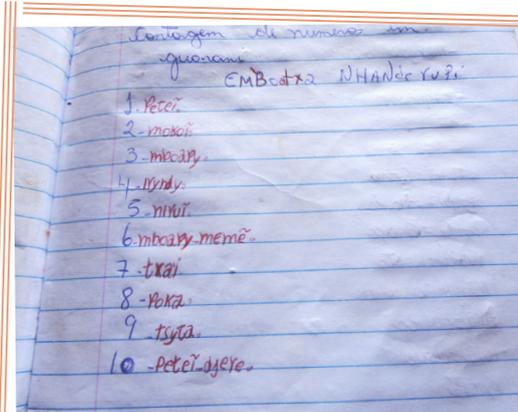
**Diretoria de Políticas e Tecnologias  
Educativas**  
Eziquiel Menta

**Coordenação de Produção  
Multimídia**  
Carina Skura Ribeiro

**Projeto Gráfico e Diagramação**  
Fernanda Serrer



Arquivo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura/PR.  
Comunidade Remanescente Quilombola São João.



Língua Guarani. Escola Estadual Indígena Tapé  
Avirú, Campo Morão.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
 SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE  
 COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES DA DIVERSIDADE  
 ÉTNICO-RACIAL  
 COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E CIGANA

# ROTEIRO DO 2º ENCONTRO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

## 1) CONTEÚDO

A presença negra e indígena na educação básica: acesso, permanência e sucesso.

## 2) INTRODUÇÃO

Este momento tem por finalidade o aprofundamento do debate já iniciado no I Encontro a partir dos questionamentos de situações ocorridas no cotidiano escolar que favorecem ou dificultam o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes indígenas e negras/os na educação básica do estado do Paraná.

A proposta deste trabalho será o estudo de caso, cuja atividade consistirá na coleta e análise de indicadores sociais/econômicos/culturais/raciais que refletem a realidade da comunidade escolar. Também será possível discutir e refletir sobre a realidade da sociedade brasileira, no que tange as relações étnico raciais, a partir dos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na sociedade brasileira, as situações explícitas ou implícitas de preconceito, racismo e outras formas de discriminação étnico-racial, são constantes. As atitudes diante dessas situações, geralmente são de omissão e silenciamento, visto que, o racismo e suas consequências têm sido assimilado como

## RAIO E TROVÃO

*Tive um sonho, uma visão  
 Sei que um dia muitos contarão  
 Este fato que aconteceu  
 No Ayê ou na nação...  
 Na sala de aula  
 Um enxame de ibejis  
 Queriam informação  
 Tocaram o tambor  
 Fizeram a roda  
 E foi enviada  
 A cantiga invocação  
 Subitamente  
 Apareceram a deusa do raio  
 E o deus do trovão  
 Que calmamente ensinaram  
 O estatuto e a 10.639  
 São leis que complementam a  
 da abolição  
 Foi feito um riscado e apareceu  
 um raio  
 Algo mágico aconteceu  
 O quadro negro brilhou no  
 escuro  
 Ao som do trovão a ibejada  
 Que fazia barulho, silenciou  
 Compreenderam o riscado  
 Aprenderam o letrado  
 E o apagamento cultural  
 O racismo velado  
 Com a luz do corisco  
 Foi revelado*

*Epahei Oyá!!!  
 In.: Coleção Oralidades Afroparanaenses  
 - Crônicas, Manifestos e Pensamentos  
 Azeviche. Poemas de Mel e Candiero,  
 Ed. Humaita, 2015.*

normalidade no interior de uma sociedade acostumada à exclusão social e a inferiorizar as diferenças étnicas e culturais.

Diante do exposto, o estudo de caso será desenvolvido na perspectiva de investigar e coletar dados sobre as condições de acesso, permanência e sucesso de estudantes negras/os e indígenas na escola. Dessa forma, a escola produzirá um perfil da sua realidade, útil a formulação de projetos pedagógicos que irão contemplar a comunidade escolar em seus desafios e fortalecimento. Importante considerar que o estudo de caso não significa ficar amarrado apenas à particularidade local, mas sim, buscar compreender o que aquela situação particular sugere a respeito do todo. Assim, apresentamos alguns indicadores produzidos por instituições oficiais (IBGE, IPEA), e sugerimos a análise e reflexão destes indicadores.

O estudo de caso permitirá às EM observar de forma atenta e crítica situações que remetem a naturalização das injustiças sociais que acometem a população negra, os povos indígenas, os ciganos, povos das comunidades quilombolas e tradicionais.

### 3. Fundamentação Teórica

Este texto tem como objetivo auxiliar nas reflexões desencadeadas no decorrer do trabalho. Também tem a intenção de servir de inspiração para o desenvolvimento de estudo de caso, pois, os indicadores estatísticos oriundos das pesquisas realizados pelos órgãos oficiais mostram a necessidade absolutamente contemporânea de discutir, analisar, refletir e propor ações efetivas para que as situações de desigualdades étnico-raciais sejam superadas e eliminadas.

Assim, torna-se importante destacar o entendimento das categorias analíticas de “acesso, permanência e sucesso” em consonância com a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). Conforme o documento “o acesso consiste na porta inicial, a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso”. (CONAE, p.62, 2010).

Ainda segundo o documento, a concepção de sucesso escolar na educação não se limita ao aluno. O sucesso escolar vincula-se

a trajetória escolar sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento. Dentre outros, significa também, reconhecer o peso das desigualdades sociais nos processos de acesso e permanência à educação e a necessidade da construção de políticas e práticas de superação desse panorama. (CONAE, p.62, 2010)

No que se refere à questão étnico-racial, os indicadores estatísticos demonstram que ainda existem largas disparidades e desigualdades entre pessoas brancas e negras. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), os analfabetos absolutos acima de 15 anos, são 7,1% de brancos e 16,95 de negros<sup>1</sup> (pretos e pardos). Quando consideramos o analfabetismo funcional, 32,1% são pretos e 32,5% são pardos, já a população branca nessa situação é de 18,4%.

Analisando as desigualdades múltiplas entre negros e brancos, em curtos intervalos de tempo, verifica-se através do Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil de 2008, que as desigualdades raciais potencializam as diferenças entre branco e negro. O Relatório destaca que o acesso ao sistema de ensino, saúde, mercado de trabalho, moradia, condições materiais de vida, acesso ao poder institucional mantêm os maiores índices de desigualdades.

Nesse contexto, Gomes (2008, p.70) infere que em uma sociedade multirracial e pluricultural, como é o caso do Brasil, “não se pode mais continuar pensando a cidadania e a democracia sem considerar a diversidade e o tratamento desigual historicamente imposto aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais”.

Para Silva (2001, p.21), essa superação pode acontecer na questão da “convivência entre os (as) diferentes” como possibilidade introdutora de mudanças de ordem estrutural e só fará sentido quando se desconstruírem as estruturas da desigualdade.

Apesar dos esforços e investimentos em políticas de reparação, principalmente no âmbito da educação, dados do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada-IPEA (2013) revelam que crianças negras têm 25% mais chance de morrer antes de completar 1 ano de idade do que crianças brancas. A pobreza na infância tem cor, atinge 32,9% das crianças brancas e 56% das crianças negras. Segundo o Censo do IBGE (2010), cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade que estão fora da escola, 62% são negras. Ainda conforme o IPEA (2013), negros são 70% das vítimas de homicídio. A chance de um adolescente negro ser assassinado é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. Mesmo sendo 54% das crianças do país, crianças negras e indígenas são as mais excluídas.

Ao evidenciar estas estatísticas é possível tecer uma reflexão sobre o cotidiano das crianças negras e indígenas que vivenciam os efeitos da discriminação racial/social/cultural. Inúmeras têm seus direitos violados quanto ao acesso, permanência e o sucesso na educação escolar.

---

<sup>1</sup> vale salientar que termo “preto”, é um conceito utilizado pelo IBGE desde 1872, e somado a categoria “pardo”, determina o percentual de negros. E neste contexto, a categoria “preto” não é pejorativa.

Nessa perspectiva, o estudo de caso contemplando a realidade escolar torna-se um importante instrumento de pesquisa e reflexão acerca dos indicadores locais sobre as relações étnico-raciais e as desigualdades no âmbito da educação básica. Assim, indicadores como: anos de estudo, reprovação, evasão, distorção idade-série, etc, tem sido divulgados nos últimos anos mostrando as disparidades entre brancos e negros no acesso, permanência e conclusão dos percursos escolares.

As desigualdades raciais hierarquizam as relações sociais numa determinada sociedade, portanto também estão presentes no espaço escolar. Conforme Bourdieu (1998)

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1998, p.53).

Durante mais de 300 anos o Brasil foi um país escravocrata, sendo o último da América a abolir o sistema escravista. Após o término da escravização, o país não elaborou uma política pública de inclusão da população negra na sociedade.

A escola se apresenta como um espaço privilegiado para pensar estratégias de resistência e enfrentamento do preconceito, da discriminação e do racismo, de forma a confrontar as vozes que negam a existência desses fenômenos, pois, “pensar nossa ação docente, de maneira sistemática e permanente, faz sentido quando contextualizada e definida a escola que queremos, isto é, a Escola que alicerce uma sociedade que nunca mais permita a barbárie (...)” (BAIBICH, 2002, p. 120).

Consideramos importante apresentar alguns conceitos que serão utilizados na trajetória de estudo das Equipes Multidisciplinares, na intenção de contribuir com mais um subsídio ao desenvolvimento do trabalho.

**Racismo:** Etimologicamente o termo raça originou-se do vocábulo italiano *razza* por volta do século XV: significava conjunto de indivíduos de uma mesma espécie com características transmitidas. *Razza* vem do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Linné (1707-1778) na obra *Sistema da Natureza* classificou as plantas em 24 raças diferentes. De saída podemos perceber que a idéia de raça não nasce nas ciências sociais e sim, nas ciências

naturais, portanto é um termo transportado para a sociedade, funciona como um instrumento chave para legitimar ideologias sociais, para hierarquizar e classificar os membros de uma mesma espécie obedecendo a uma escala de valores: indivíduos brancos/as como modelos da inteligência e da beleza negros/as e as demais “raças” atrasadas, feias, impuras. O termo racismo tem diferentes conceituações: ideológica, estrutural, biológica e cultural (SOARES, 2008).

**Discriminação:** a discriminação consiste na manifestação comportamental do preconceito, ou seja, é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno daqueles indivíduos que pertencem a grupo minoritário, auxiliando na manutenção dos privilégios do grupo maior (SILVA, 2001).

**Democracia Racial:** não passa, infelizmente, de um mito social. É um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e os valores morais da maioria. Assim, a democracia racial faz parte de um jogo ideológico, que pretende eliminar as desigualdades existentes entre os segmentos étnico/raciais brancos negros, afirmando todos como iguais, e esta idéia se disseminou no imaginário social, favorecendo o não reconhecimento de uma sociedade que discrimina, exclui e obedece a uma organização socioeconômica hierárquica (FERNANDES, F; BORGES, PEREIRA. J. B; NOGUEIRA, 2005-2006, p.168-179).

**Étnico de etnia:** o termo deriva do grego *ethnikos*, adjetivo de *ethos* e refere-se a povo ou nação. Em sua forma contemporânea, “étnico” ainda mantém o seu significado básico no sentido em que descreve um grupo possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, composto por pessoas conscientes, ao menos em forma latente, de terem origens e interesses comuns. **Um grupo étnico não é um mero agrupamento de pessoas ou de um setor da população, mas uma agregação de pessoas unidas ou aproximadamente relacionadas por experiências compartilhadas.** (CASHMORE, E. Dicionário de Relações Étnicas e Raciais, 2000, p.196) [grifos meus].

**Preconceito:** é um dado universal; ele não é natural, é cultural, e todas as culturas são preconceituosas, incluindo a negra. Mas o problema do Brasil é que ninguém quer assumir abertamente esse preconceito (...). Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, em silêncio, para não chamar atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo explícito (MUNANGA, 1996, p.213). O preconceito em relação à etnia negra

está diretamente relacionado à tonalidade da cor da pele, obedecendo a um gradiente de cor, em cuja graduação quanto mais próxima da cor preta/negra maior é a incidência do preconceito e da discriminação racial. Oracy Nogueira em 1954 estabeleceu a relação preconceito/cor, nomeando-o de “preconceito de marca”, aquele ancorado na aparência do indivíduo, ou seja, se houver traços negróides expressivos esse indivíduo é tratado como negro e de “preconceito de origem” característico do contexto estadunidense, no qual quem descende de uma família negra (a menos de três gerações) independente de seus traços físicos é negro, portanto, é um preconceito de sangue (SOARES, 2008, p. 94).

#### **4) PARA CONHECER E REFLETIR**

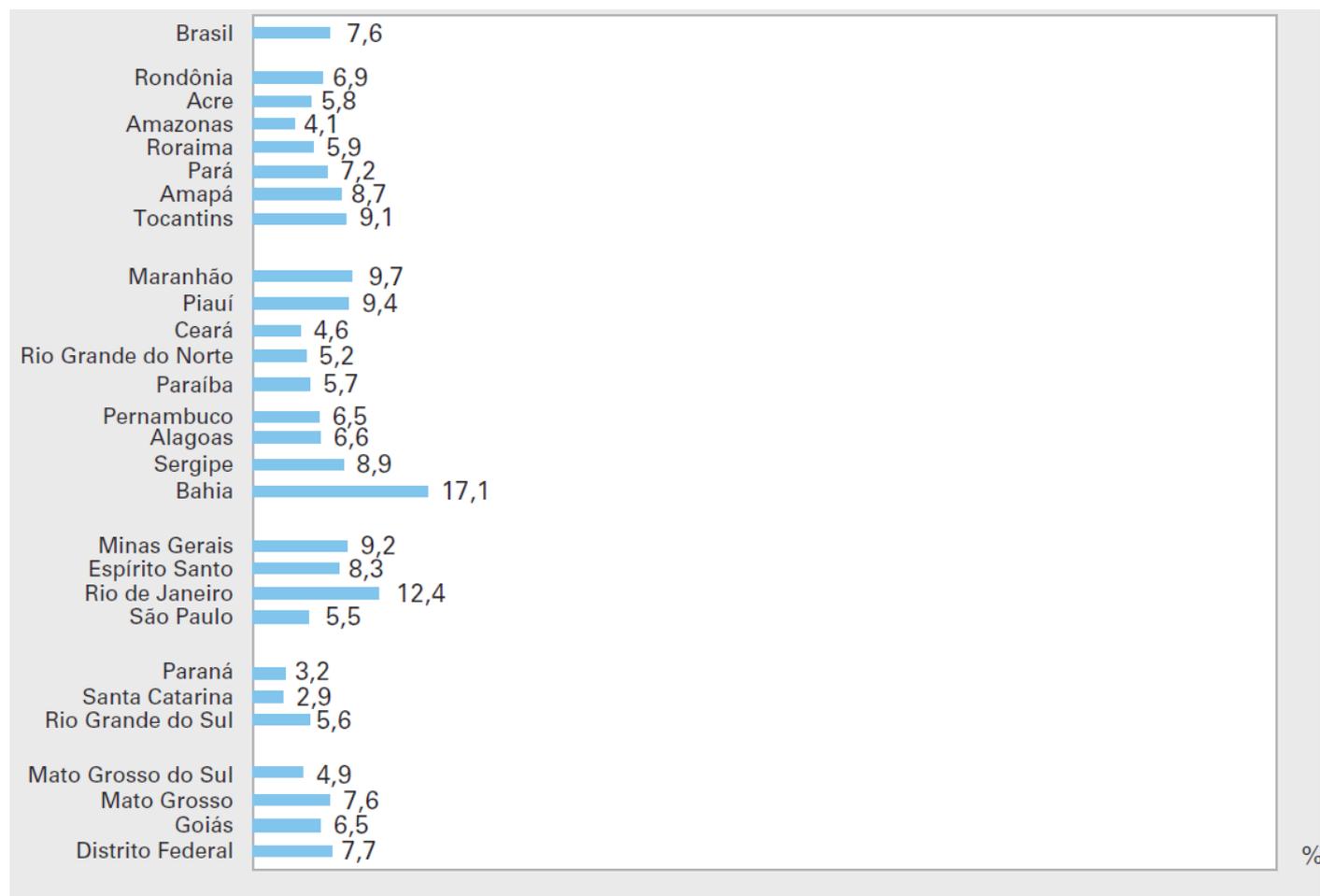
Para subsidiar o estudo de caso da EM, são apresentados gráficos sobre a presença, escolaridade e mercado de trabalho dos povos indígenas e população negra, para serem analisados e discutidos. Sugere-se que a partir destes gráficos a EM pense na realidade social/cultural/racial da sua instituição de ensino.

Os gráficos a seguir apresentam o contingente da população preta e parda por Estado. Na região Sul, o Paraná é o estado que tem a maior representação desta população, a soma do gráfico 15 e 16 totalizam 28,3% de pessoas de cor/raça preta e parda. Importante destacar que estamos utilizando a categoria do IBGE para nos referir à cor “preta, parda, branca e indígena”. A categoria utilizada em pesquisas acadêmicas e pelos movimentos sociais negros é a categoria “negro”, ressignificada na perspectiva de positividade e resistência.

Assim, é possível refletir sobre os discursos que hegemonizam a presença europeia no Sul do país, no entanto, verifica-se a existência significativa da população preta/parda.

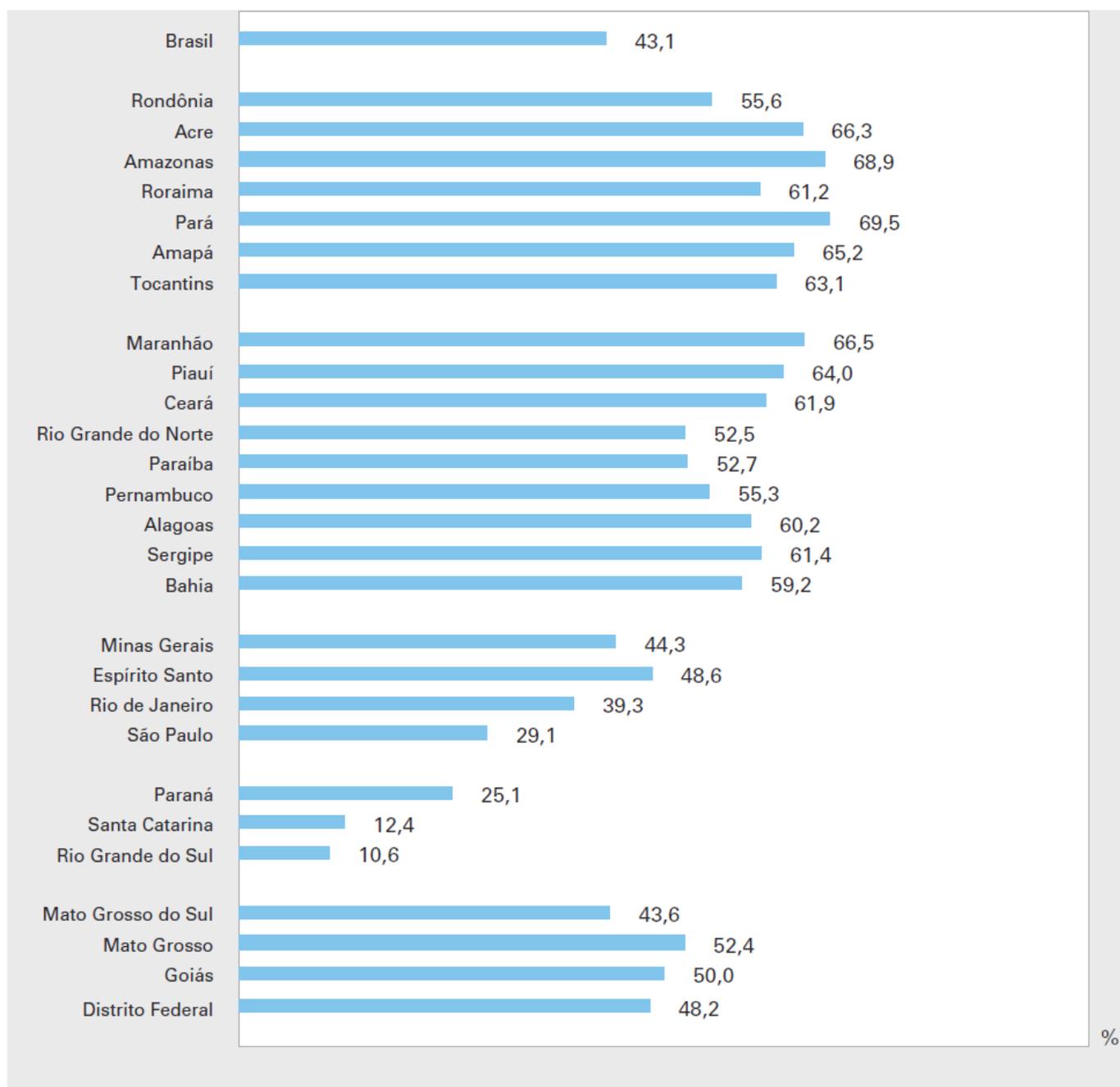
Dessa forma, podemos pensar sobre como a nossa Escola lida com a visibilidade dos/as alunos/as de cor preta/parda. Sabemos quantos/as alunos/as se autodeclaram pretos/pardos, brancos, indígenas? Qual o percentual de pessoas de cor preta/parda, branca e indígena na comunidade escolar? O currículo escolar possibilita a afirmação desses sujeitos no cotidiano escolar?

**Gráfico 1.** Proporção de pessoas de cor ou raça preta, segundo as Unidades de Federação, em ordem decrescente na perspectiva Grande Região - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Gráfico 2.** Proporção de pessoas de cor ou raça parda, segundo as Unidades de Federação, em ordem decrescente na perspectiva Grande Região - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação aos povos indígenas, a tabela a seguir evidencia um crescente aumento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas. Nesse sentido, torna-se pertinente tanto as escolas que atendem como aquelas situadas nas terras indígenas, refletirem sobre como suas práticas pedagógicas contribuem ou não para a visibilidade e fortalecimento da identidade, história e cultura indígena.

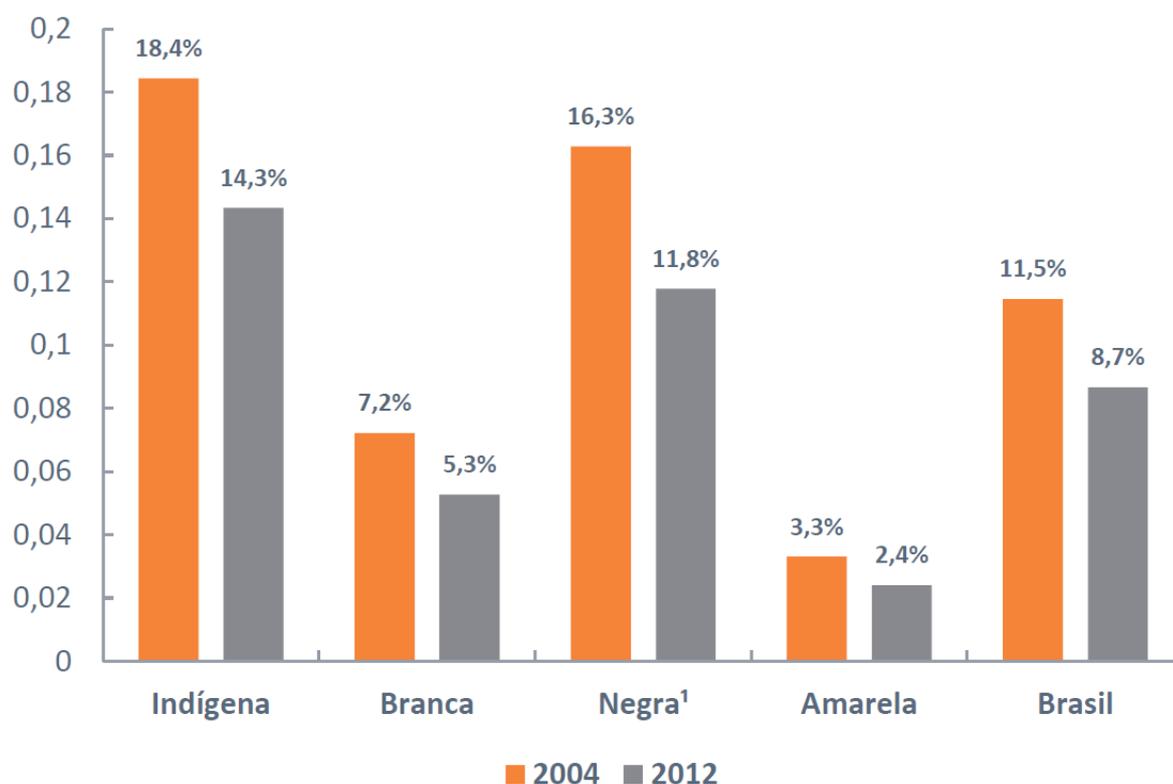
**Tabela 1.** Proporção de municípios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena, segundo as Grandes Regiões – Brasil – 1991/2010

Grandes Regiões	Proporção de municípios com pelo menos uma pessoa autodeclarada indígena		
	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	<b>34,5</b>	<b>63,5</b>	<b>80,5</b>
Norte	64,4	80,0	90,2
Nordeste	29,0	59,1	78,9
Sudeste	27,6	63,3	80,6
Sul	39,3	59,6	75,8
Centro-Oeste	47,8	74,7	89,1

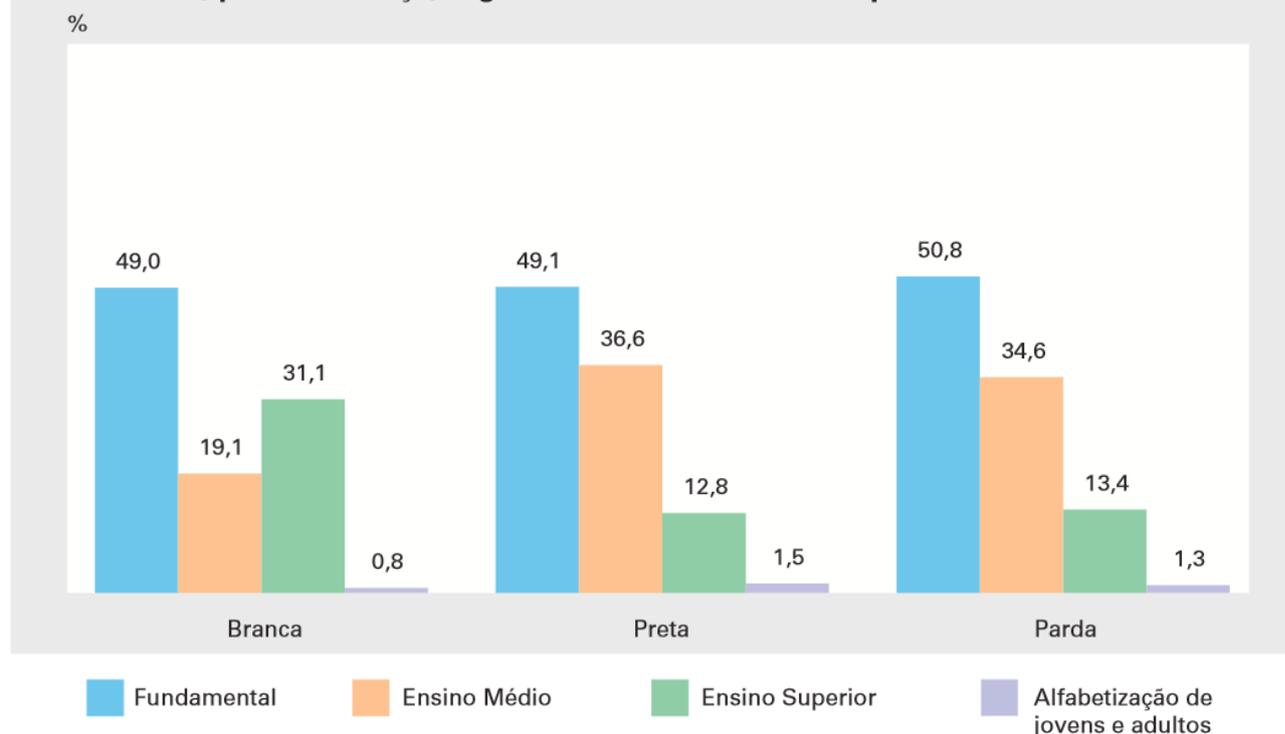
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Como consequência da desigualdade social existente no Brasil, verifica-se que parcelas consideráveis de povos indígenas e da população negra ainda aparecem nas estatísticas de analfabetismo. Estes dados contribuem para a compreensão do processo de afunilando quanto ao acesso à educação, mercado de trabalho e condições sociais.

**Gráfico 38 - Analfabetismo, por raça/cor - 2004 e 2012**

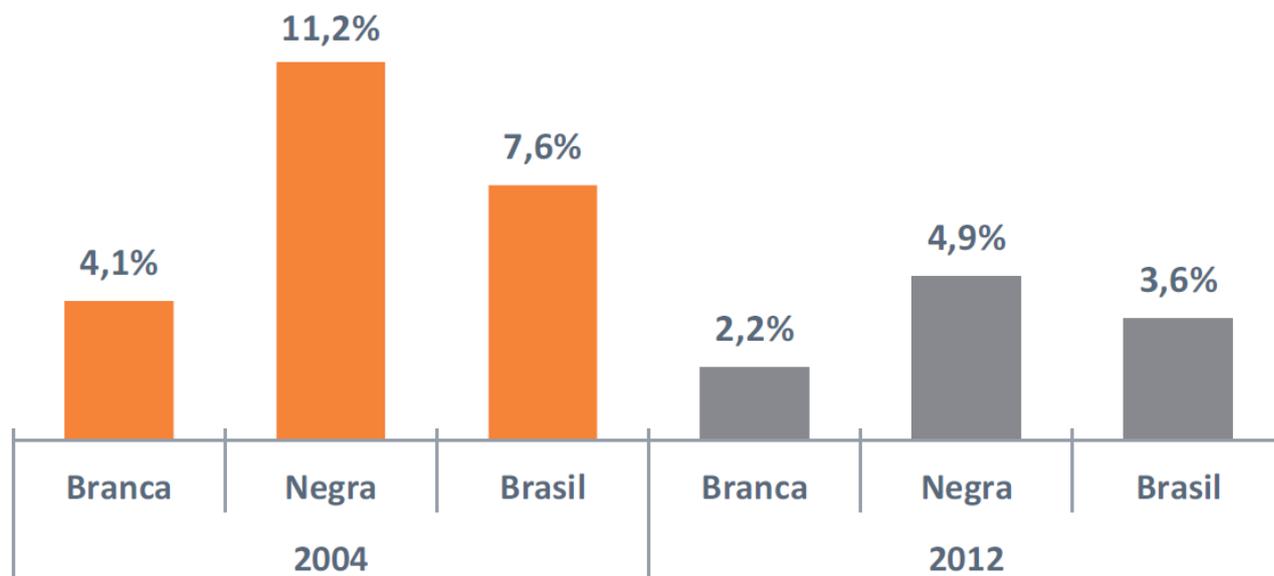


**Gráfico 18 - Distribuição das pessoas de 15 anos a 24 anos de idade que frequentavam escola, por cor ou raça, segundo o nível de ensino frequentado - Brasil - 2010**



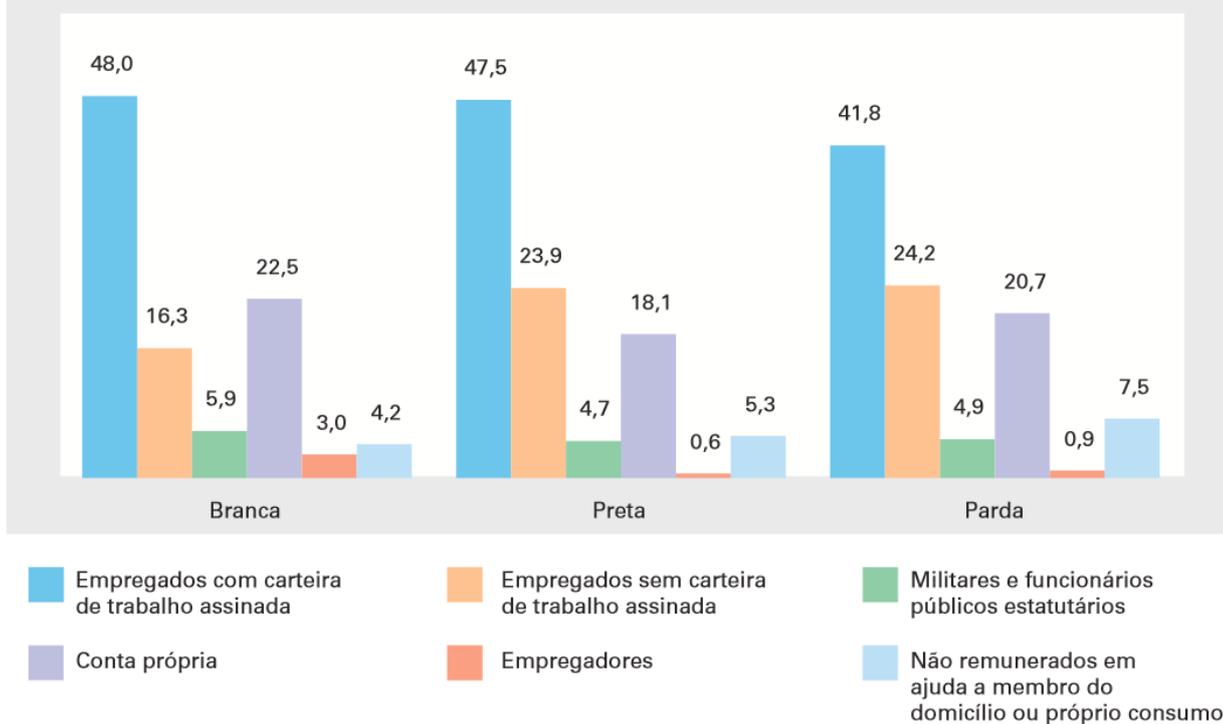
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

**Gráfico 25 - % da população em situação de extrema pobreza, por cor/raça – 2004 e 2012**



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração SPI/MP

**Gráfico 20 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo a cor ou raça - Brasil - 2010**  
%



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Considerando os dados apresentados, podemos ratificar que o acesso a oportunidades no mercado de trabalho, melhoria na qualificação e ascensão profissional estão relacionados ao nível de instrução escolar. Os casos de preconceito e racismo contra determinados segmentos sociais, principalmente, os povos indígenas e população negra protelam e/ou bloqueiam o acesso aos direitos sociais.

Todo o trabalho desenvolvido até aqui, confirmam que os obstáculos sociais e as barragens de peneiramentos obedecem a mecanismos subjetivos que diferenciam indivíduos que por origem étnico-racial ou processo histórico são os personagens principais de casos de aviltamento de direitos e reconhecimento.

Desse modo, o estudo de caso voltado para realidade social/cultural/racial vinculado as relações étnico-raciais no âmbito das escolas permite evidenciar importantes indicadores para promover ações pedagógicas efetivas no fortalecimento, positividade e visibilidade da população negra e grupos indígenas.

Os dados coletados na comunidade escolar servirão de reflexão sobre o perfil social/cultural/racial da comunidade escolar. Estes dados posteriormente poderão subsidiar ações mais amplas no combate as manifestações de preconceito e racismo na escola, bem como subsídios para análise e reflexão na Semana da Consciência Negra.

## 5) PARA SABER MAIS

[www.contrapreconceito.com](http://www.contrapreconceito.com)

[www.ceert.org.br](http://www.ceert.org.br)

[www.nossasalvador.org.br](http://www.nossasalvador.org.br)

[www.mnu.blogspot.com](http://www.mnu.blogspot.com)

## REFERÊNCIAS

BAIBICH, T. M. Os Flintstones e o Preconceito na Escola. **Revista Educar**, Curitiba: UFPR, n. 20, agosto, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs), *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.39-64.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento final da Conferência Nacional de Educação 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf)>. Acesso em 24 de junho de 2015.

CASHMORE, E. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo: Summus, 2000.

FERNANDES, F; BORGES, PEREIRA. J. B; NOGUEIRA, O. **A questão racial vista por três professores**. In: *Revista USP*, 68, 2005-2006, p.168-179.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)>. Acesso em 07 de maio de 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)>. Acesso em 08 de maio de 2015.

GOMES, N. **A questão racial na escola:** desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: CANDAU, V. M. e MOREIRA, A. F. (orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, L. M; QUEIROZ, R. da S. (Orgs.). **Raça e diversidade.** São Paulo: Edusp, 1996.

PAIXÃO e CARVANO, L. M. (orgs.). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Caderno de monitoramento do PPA 2012-2015:** Retrato das políticas sociais na PNAD 2012. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/2014/140707\\_Cad\\_Monit\\_PPA-PNAD.pdf](http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/2014/140707_Cad_Monit_PPA-PNAD.pdf)>. Acesso em 08 de maio de 2015.

SILVA, M.A. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALHEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

SOARES, E. G. **Do Quilombo à Escola:** os efeitos nefastos das violências sociais silenciadas. Dissertação apresentada e defendida no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná, 2008.